DOI: 10.30612/mones.v14i27.19011

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Cooperação e conflito nas relações internacionais: o caso África do Sul e Israel, 1970-2024

Anselmo Otavio
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
E-mail: otavio@unifesp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5560-4168

Maria Luiza de Barros Costacurta
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
E-mail: mlbcostacurta@unifesp.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-3957-1815

Resumo: Este artigo analisa as relações entre África do Sul e Israel de 1970 a 2024. Utilizando fontes primárias e secundárias pertinentes ao tema, argumentamos que, se durante a Guerra Fria as similaridades no que concerne à inserção internacional e regional garantiram um cenário propício à cooperação entre Tel Aviv e Pretória; no pós-disputa Leste-Oeste, enquanto Israel manteve sua política externa sem grandes transformações, a África do Sul passou por mudanças relevantes, destacadamente o interesse por temas e agendas do Sul Global. Esse quadro levou ao distanciamento e ao conflito entre as partes. Tal argumento é sustentado em dois tempos, com cada seção analítica dedicada à compreensão das

transformações nas relações entre África do Sul e Israel, respectivamente, durante e após a Guerra Fria.

Palavras-chave: cooperação; conflito; relações Sul-Sul; África do Sul; Israel; apartheid; Palestina

Cooperation and conflict in international relations: the case of South Africa and Israel, 1970-2024

Abstract: This article analyzes the relations between South Africa and Israel from 1970 to 2024. Based on primary and secondary sources, we argue that, while during the Cold War the similarities regarding the international and regional insertion strategies by Tel Aviv and Pretoria were conducive to their cooperation; in the post-East-West dispute, while Israel maintained its foreign policy without major transformations, South Africa underwent significant changes, most notably regarding its interest for themes and agendas pertaining to the Global South. These conditions led to distance and conflict between the parties. Such argument is structured in two different moments, with each analytical section dedicated to understanding the transformations between South Africa and Israel, respectively, during the Cold War and afterwards.

Keywords: cooperation; conflict; South-South relations; South Africa; Israel; apartheid; Palestine

Cooperación y conflicto en las relaciones internacionales: el caso de Sudáfrica e Israel, 1970-2024

Resumen: Este artículo analiza las relaciones entre Sudáfrica e Israel de 1970 a 2024. Utilizando fuentes primarias y secundarias de relieve para el tema, argumentamos que, si bien durante la Guerra Fría las similitudes en la inserción internacional y regional garantizaron un escenario propicio para la cooperación entre Tel Aviv y Pretoria; a finales de la disputa Este-Oeste, mientras Israel mantuvo su política exterior sin grandes transformaciones, Sudáfrica experimentó cambios significativos, especialmente el interés por temas y agendas del Sur Global. Esta situación generó distanciamiento y conflicto entre las partes. Este argumento se presenta en dos momentos, con cada sección analítica dedicada a comprender las transformaciones en las relaciones entre Sudáfrica e Israel, respectivamente, durante y después de la Guerra Fría.

Palabras clave: cooperación; conflicto; relaciones Sur-Sur; Sudáfrica; Israel; apartheid; Palestina

Recebido em: 12/09/2024
Aceito em: 28/03/2025

INTRODUÇÃO

No final de 2023, a África do Sul entrou com pedido junto à Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas (CIJ), alegando crime de genocídio por parte de Israel contra a população palestina de Gaza. Em defesa de tal alegação, a comitiva sul-africana em Haia destacou, em 11 de janeiro de 2024, não apenas a necessidade imediata de Israel suspender sua operação militar em Gaza, mas também de cumprir com suas obrigações acerca da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948), uma vez que, conforme destacado na petição sul-africana, Israel estava cometendo crimes como danos corporais e mentais graves, assassinatos, criação de condições voltadas à destruição física total ou parcial, imposição de medidas que prejudicam a perpetuação de palestinos via nascimento (International Court of Justice, 2024a). Em linhas gerais, a disputa envolvendo Israel e Palestina pode ser considerada como um dos principais motivos que levam Pretória e Tel Aviv a seguirem caminhos opostos; contudo, quando analisados momentos anteriores dessa relação, é possível encontrar exemplos de aproximação entre tais potências médias.

Essa constatação pode ser encontrada durante a Guerra Fria, período marcado pela disputa entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) e que coincide com a criação do Estado de Israel e a ascensão do regime de apartheid na África do Sul, ambos ocorridos em 1948. Diante das principais características da Guerra Fria, como a corrida armamentista e a categorização de quaisquer guerras de caráter civil e de independência na disputa capitalismo/socialismo (Kennedy, 1989), tanto África do Sul quanto Israel se mantiveram no bloco capitalista. No caso de Israel, após sua independência, o que se viu foi o seu englobamento na lógica dos EUA em criar parcerias estratégicas no Oriente Médio.

Por sua vez, a escolha de Pretória por tal bloco está atrelada a dois fatores. O primeiro diz respeito à defesa da segregação racial que, embora já existisse desde o processo de colonização do território sul-africano, no século XVII, foi entre 1948 e 1993 que adquiriu contornos institucionalizados (regime de apartheid). Neste caso, a busca por parceiros estratégicos para garantir a continuidade do regime caminhou lado a lado com a percepção sul-africana de se entender como um país ocidental. Já o segundo fator se refere à importância geográfica do território sul-africano, que historicamente se mostrou estratégico para a ligação entre a Europa e o Índico – vide seu controle pela Holanda e, posteriormente, pela Inglaterra. Durante a disputa Leste-Oeste, a importância da África do Sul para as potências ocidentais está associada ao fechamento do Canal de Suez durante a administração Nasser no Egito, e com a ascensão de regimes de caráter socialista em Angola e Moçambique, fatores que levaram países como EUA, França e Inglaterra a fortalecerem seus laços com Pretória (Pereira, 2012; Otavio, 2018; Wessel, 2012).

CC BY NC SA

O alinhamento de ambos com as potências ocidentais levou à aproximação e intensificação nas relações entre África do Sul e Israel. Do lado de Pretória, o reflexo disso pode ser encontrado no âmbito da segurança, com a criação da Armaments Development and Production Corporation (Armscor). Iniciativa focada na criação de armamentos, equipamentos militares e munições, a Armscor não apenas exportou armamentos para países como Bélgica, França e Itália durante as décadas de 1970 e 1980, como também para Israel, destacadamente armas leves. Do lado de Tel Aviv, vale destacar o apoio tecnológico na construção de blindados, que, no caso sul-africano, foi importante para o desenvolvimento dos chamados Ratel, meio de movimentação tática voltado ao combate de infantaria (Stapleton, 2010). Diante deste momento de aproximação, e levando em consideração o distanciamento indicado no início desta seção, o presente artigo tem como proposta analisar as relações entre África do Sul e Israel entre 1970 e 2024.

Utilizando fontes primárias e secundárias consideradas pertinentes ao tema, buscaremos defender a hipótese de que, se durante a Guerra Fria as similaridades no que concerne à inserção internacional e regional garantiram um cenário propício à cooperação entre Tel Aviv e Pretória; no pós-disputa Leste-Oeste, enquanto Israel manteve sua política externa sem grandes transformações, a África do Sul passou por mudanças relevantes, destacadamente o interesse por temas e agendas do Sul Global, levando ao distanciamento e conflito entre as partes. Para tal finalidade, o artigo possui duas seções analíticas, cada uma dedicada à compreensão das transformações na relação entre África do Sul e Israel, respectivamente, durante e após a Guerra Fria.

RELAÇÕES ÁFRICA DO SUL-ISRAEL DURANTE A GUERRA FRIA: CONVENIÊNCIA E COOPERAÇÃO COMO TENDÊNCIAS

Entre finais da II Guerra Mundial até 1947, a reorganização do sistema internacional – como ilustra a criação de instituições e organizações multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU) – foi marcada pelo diálogo entre potências como EUA, Inglaterra, França, China e URSS. A partir de então, o que se viu foi a crença estadunidense quanto à impossibilidade de dois modelos diferentes no sistema internacional. Neste caso, a tentativa de homogeneizar o sistema internacional à sua imagem e semelhança levou a administração Harry Truman (1945-1953) a inaugurar o período que ficaria conhecido como Guerra Fria, quando os EUA passariam a adotar a política de contenção ao avanço do comunismo pelo mundo, simbolizado pela URSS (Pecequilo, 2011).

Diante deste objetivo, uma primeira iniciativa voltada à contenção da expansão comunista foi romper com qualquer possibilidade que levasse os países da Europa ocidental a migrarem para o bloco oriental. Inclusive, uma das principais iniciativas de Washington no combate ao comunismo foi o Plano Marshall (1947), programa de ajuda financeira aos países europeus e à manutenção de aliados importantes para o período da Guerra Fria (Judt, 2006). Outra iniciativa com a mesma finalidade refere-se à elevação dos gastos com defesa, investindo em seus arsenais, e à valorização do complexo militar como contraposição à URSS, que também adentrava a década de 1960 com o *status* de potência global e nuclear (Roberts, 1999; Pecequilo, 2011). Uma terceira iniciativa foi conter o avanço do comunismo na periferia do sistema internacional, destacadamente nos países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Neste cenário de englobamento da periferia na disputa Leste-Oeste, países como a África do Sul se mostraram estratégicos, dado que o início da Guerra Fria coincidia com a chegada do Partido Nacional ao poder em Pretória (1948), acontecimento que elevou o apartheid ao *status* de princípio norteador das políticas desenvolvidas por aquele Estado. Embora a segregação racial e a crença na superioridade da raça branca já fizessem parte da sociedade sul-africana desde a chegada dos primeiros colonos holandeses, em 1648 (Braga, 2011), foi ao longo das administrações Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958), Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) que o regime racista passou pelas fases de gênese, ascensão e declínio.

Mesmo com certas nuances, todos esses governos se voltaram à criação de um cenário favorável à continuidade do regime, adotando, para tal finalidade, três meios. O primeiro diz respeito à utilização do aparato estatal para manter a separação das raças. Exemplos disso são as leis racistas aprovadas nesse período, tais como a "Proibição de Casamentos Inter-raciais" (1949); a "Lei de Registro da População" (1950), que distinguia a população sul-africana entre negros, brancos e mestiços; e a "Lei de Áreas de Grupos" (1950), que proibia os negros de circularem em determinadas zonas (Branco, 2003). Também reflete essa tentativa em consolidar o regime de apartheid o combate a manifestações contrárias ao regime (Sharpeville, em 1960; e Soweto, em 1976), bem como a discriminação de partidos como o Congresso Pan-Africano (PAC, sigla em inglês) e o Congresso Nacional Africano (ANC, sigla em inglês) (Otavio, 2018).

O segundo meio para dar continuidade ao regime de apartheid voltava-se à região austral do continente africano, onde a África do Sul utilizou diversas estratégias para evitar críticas ou transtornos à sua existência. Aqui, destaca-se a tentativa de englobar ao Estado sul-africano os atuais territórios de Lesoto, Botsuana e Suazilândia (administração Malan); a formação de alianças com países vizinhos favoráveis ao regime racista, construindo, assim, um cordão sanitário que isolava a África do Sul do restante da África (administração Verwoerd); e o uso da cooptação financeira como forma de forjar relações diplomáticas com alguns países africanos (administração Vorster) (Branco, 2003; Pereira, 2007; 2012).

Já o terceiro meio – o mais importante para o objetivo deste artigo – está atrelado à inserção internacional adotada pelo apartheid, espaço em que Pretória buscou manter o regime racista via apoio das potências capitalistas. Embora amplamente criticada pelos países da periferia do sistema internacional – como na Conferência de Belgrado (1961), quando o Movimento dos Não Alinhados (MNA) manifestou repúdio ao apartheid (Pereira; Medeiros, 2015) –, a África do Sul se tornava um parceiro estratégico ao tomar posição do lado capitalista. Primeiramente, ao garantir o acesso das potências ocidentais à Rota do Cabo, cuja importância geográfica reside na passagem entre Atlântico Sul e Índico. Em segundo lugar, Pretória tornou-se um importante aliado na luta contra a expansão do socialismo na região sul do continente africano (Braga, 2011).

Em contrapartida, a aliança com as potências ocidentais – em especial com EUA, França e Inglaterra –, além de garantir o veto no Conselho de Segurança a algumas sanções contrárias ao apartheid, garantiu parcerias que fizeram da África do Sul uma potência militar. Um primeiro exemplo pode ser encontrado no chamado "Acordo de Simon's Town", firmado na década de 1950, que garantia aos ingleses e a seus aliados o uso da base de Simon's Town tanto em tempos de paz como de guerra (Du Toit, 2012). Para Pretória, além do dever de manter a rota do Cabo segura, o referido acordo previa a entrega de 6 fragatas (das quais 4 foram efetivamente entregues), 10 navios-varredores (*minesweepers)* e 4 barcos patrulha à Marinha Sul-Africana (SAN, sigla em inglês). Vale também destacar a parceria com a França, que garantiu à África do Sul acesso a três submarinos de patrulha da classe *Daphné* (Wessels, 2010). Dentre as principais consequências destas parcerias, destaca-se a transformação da SAN em uma força tipicamente ocidental, tendo seu papel, sua doutrina e treinamento semelhantes àqueles da Marinha Real (Potgieter, 2004).

Outro país que se mostrou relevante para as relações com a África do Sul foi Israel, que encontrou no bloco capitalista seus principais aliados. Um primeiro reflexo disso pode ser encontrado já em 1948, com a 1ª Guerra Árabe-Israelense, quando o apoio de potências ocidentais garantiu não apenas a vitória sobre a coalizão de países como Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria, mas também o cenário favorável ao controle dos territórios palestinos, em torno de 75% daqueles defendidos pelas Nações Unidas como pertencentes à Palestina (Hinnebusch, 2003). Um segundo exemplo da importância que Pretória passou a ter nesse contexto está relacionado com a crise deflagrada em 1956 com a nacionalização do Canal de Suez e pela disputa entre, de um lado, a administração Nasser (1956-1958), apoiada pela URSS, e, de outro lado, França, Inglaterra e Israel. Tal crise fez do "Acordo de Simon's Town" uma peça central da geopolítica na região, visto que a impossibilidade de usar o Canal de Suez como rota entre a Europa e o Oceano Índico levou as potências europeias a dependerem da Rota do Cabo. Para Israel, a referida crise revelou a dificuldade do país em obter o reconhecimento de sua independência, bem como em ampliar seus laços diplomáticos na região.

As dificuldades encontradas na inserção regional de Israel estão atreladas à contestação ao sionismo, movimento iniciado no século XIX, que, paralelamente à criação de uma pátria judaica, defende o eurocentrismo e o processo de colonização da Palestina, ambos baseados na ode ao caráter civilizacional israelense e no incentivo ao fluxo migratório de judeus para a Palestina (Moraes, 2009; Shapira, 2018). Exemplos de críticas a Israel e de seu isolamento podem ser vistos na Conferência de Bandung (1955), cujo comunicado final defendia a autodeterminação da Palestina (Conference of Bandung, 1955); e na 4ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo do MNA, realizada em 1973 na Argélia, quando os participantes demandaram a imediata evacuação das forças israelenses nos territórios árabes controlados, pediram a seus membros total apoio à causa palestina e repudiaram o sionismo, visto como racista e colonizador.

Com efeito, a participação de países como Afeganistão, Arábia Saudita, Egito, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia na Conferência de Bandung fez com que a defesa da Palestina e a crítica a Israel fossem vocalizadas como demandas da região. Já na Conferência do MNA que tomou lugar na Argélia, 75 países membros e 20 observadores, dentre os quais a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), indicaram que a questão envolvendo a Palestina era uma demanda central do Terceiro Mundo. Neste cenário, os países africanos, que haviam fortalecido seus laços comerciais e agrícolas com Israel na década de 1950, principalmente antes da nacionalização do Canal de Suez, passaram a romper relações diplomáticas com Tel Aviv em finais da década de 1960, notadamente após a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973) (Back, 2022). Um reflexo desse distanciamento pode ser visto na "Resolução da Questão Palestina" (Organization of African Unity, 1975), documento que resultou da 12ª Reunião Ordinária da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada em Kampala em 1975, que, de modo semelhante à resolução adotada no 4º encontro do MNA (Non-Aligned Countries, 1973), defendia a criação do Estado da Palestina e o total isolamento de Israel, além de denunciar o sionismo como um movimento racista e colonizador.

Esse ativismo do MNA e da OUA também foi visto no combate ao regime do apartheid, demonstrando que a repulsa a Israel e à África do Sul transitava entre o regional (Oriente Médio e África) e o sistêmico (Terceiro Mundo). Uma das consequências desta transição foi o aprofundamento e a dependência em relação às potências capitalistas, como visto no caso israelense, cuja parceria garantiu o apoio dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra possíveis sanções a Tel Aviv. Entre 1972 e 1985, Washington já havia vetado 16 sanções contrárias a Israel (Sooliman, 2014). Junto a tal respaldo, vale destacar o apoio dado nas guerras anteriormente indicadas, que, além de garantir a continuidade da política israelense de assentamentos em territórios palestinos, direta ou indiretamente, levaram à criação de acordos de paz mediados por potências tradicionais, com destaque para os EUA, como os Acordos de Camp David, firmados entre Israel e Egito (1979) e que, entre seus diversos pontos, previam a

retirada das tropas israelenses da Península do Sinai e o restabelecimento das relações diplomáticas entre tais países (Hinnebusch, 2003).

Para a África do Sul, o aprofundamento das relações com as potências capitalistas garantiu sua preservação como uma potência militar na região, cujo ápice se concentrou entre as décadas de 1970 e 1980. Para além do aparelhamento de sua Marinha, a África do Sul contou com apoio para o desenvolvimento de sua capacidade nuclear, com testes iniciais realizados no deserto do Kalahari, em 1977 (Pabian, 1995; Liberman, 2001). Ao final da administração Botha (1981-1989), Pretória já havia conseguido desenvolver em torno de sete bombas nucleares de pequeno porte (Stapleton, 2010), além de ter avançado em um projeto para o desenvolvimento de mísseis balísticos de alcance intermediário adaptáveis a ataques nucleares (Liberman, 2001). A África do Sul buscava legitimar o desenvolvimento de armas nucleares por meio do discurso de que o avanço do comunismo pela região poderia limitar o acesso dos países pertencentes ao bloco capitalista aos recursos minerais e energéticos encontrados na África Austral (Pabian, 1995).

Ainda na chave do fortalecimento das capacidades militares sul-africanas, ressalta-se a transformação da Força de Defesa da África do Sul (SADF, sigla em inglês) em uma força eficaz no combate à insurgência, cujo conhecimento foi adquirido através de visitas à França e aos Estados Unidos, países que haviam enfrentado este tipo de conflito na Argélia e no Vietnã, respectivamente. Reflexo disso pode ser encontrado na criação do Comando de Reconhecimento, composto por unidades subordinadas à SADF, localizadas nas principais cidades do país, treinadas para operações aéreas e marítimas. Na década de 1980, tal Comando praticou assassinatos de lideranças contrárias ao apartheid, tanto dentro quanto fora da África do Sul (Stapleton, 2010).

Outra consequência da repulsa a Israel e à África do Sul nos eixos regional e sistêmico foi a aproximação de tais países, principalmente a partir da década de 1970. Para além de visitas oficiais – como de Malan, em 1953, tornando-se o primeiro chefe de Estado sul-africano a visitar Israel; ou de Vorster, então primeiro-ministro da África do Sul (1966-1978) e antigo simpatizante do nazismo, em 1976 –, a dimensão que mais se destacou na relação entre tais países ocorreu no campo da segurança. Um primeiro exemplo é a criação da Comissão Ministerial Conjunta, formada majoritariamente por ministros de Defesa, cujo resultado foi o aumento no comércio de armas, na cooperação em tecnologia nuclear e no desenvolvimento de iniciativas conjuntas voltadas à contrainsurgência (Moraes, 2009; Sooliman, 2014).

Outra evidência do fortalecimento de laços entre Tel Aviv e Pretória pode ser encontrada na fabricação, junto à SADF, de armas de pequeno calibre e no reaparelhamento dos tanques *Centurian*, de fabricação inglesa. No que concerne à Marinha sul-africana, esta parceria permitiu a venda de três "Reshef" (embarcações pequenas de ataque rápido e transportadoras de

mísseis) e a compra de licença para construir seis embarcações semelhantes a Reshef na cidade de Durban (Stapleton, 2010).

Neste caso, o comércio de armamentos entre os dois países não foi afetado pelas sanções do Conselho de Segurança à África do Sul[1] e pelas críticas feitas pelo embaixador de Israel, Binyamin Netanyahu, em 1986, quando afirmou que "Para o povo judeu, o apartheid é uma grande abominação. Trata-se de uma expressão do desumano mais cruel. Israel fará todo o possível para eliminar esse detestável sistema" (Alsheh, 2013, pp. 22-23). Estima-se que, entre 1974 e 1993, as exportações de armamentos israelense para a África do Sul alcançou a média de US$ 600 milhões anuais, colocando Pretória entre os três principais parceiros comerciais de Israel (Polakow-Suransky, 2010) e fazendo da crítica de Netanyahu mera retórica.

Se, como vimos, a relação triangular entre potências capitalistas, África do Sul e Israel foi um dos pilares para a continuidade do regime de apartheid e da política israelense de controle de territórios palestinos, tais práticas tiveram efeitos catastróficos para os palestinos e os países lindeiros à África do Sul. Com efeito, as intervenções nos países vizinhos acabaram por aprofundar a pobreza na região, além de fragilizar o processo de independência de países como Angola, Moçambique e Namíbia (Otavio, 2014).

No que concerne a Israel, além da intervenção na Guerra Civil do Líbano, que contribuiu para a instabilidade deste país por toda a década de 1980, período de diversas violações a direitos humanos (Hinnebusch, 2003), vale destacar a contínua prática de promover controle e assentamentos em territórios palestinos, levando ao aumento da pobreza e da migração forçada. Neste contexto, o ano de 1987 foi marcado pela revolta de milhares de palestinos contra Israel (Intifada), resultando na morte de civis do lado palestino e em críticas à atuação israelense no âmbito internacional (Shalev, 2019).

RELAÇÕES ÁFRICA DO SUL-ISRAEL NO PÓS-GUERRA FRIA: O CONFLITO COMO TENDÊNCIA

O término da disputa Leste-Oeste foi acompanhado pelo fim da relação triangular envolvendo África do Sul, Israel e potências ocidentais. Tal quadro partiu menos de escolhas realizadas por Tel Aviv ou Washington, e mais de agendas articuladas por Pretória, que não apenas

1 Aqui, destaca-se a Resolução 392 (1976), que condenava a violência do regime de apartheid contra a população negra; a Resolução 418 (1977), que proibia a venda de armas por parte dos países membros da ONU à África do Sul; e a Resolução 558 (1984), que solicitava a não importação de quaisquer armas, munições e meios de movimentação tática.

inauguravam a democracia multirracial no país com a administração Mandela (1994-1998), como também buscavam romper com quaisquer caminhos escolhidos ou que simbolizavam o regime de apartheid, inclusive na política externa.

Essa mudança já era esperada, visto que, em 1993, antes mesmo de assumir a presidência, Mandela havia publicado o artigo "South Africa's Future Foreign Policy", no qual destacava que os direitos humanos, o multilateralismo, o direito internacional, a resolução pacífica de conflitos e o desenvolvimento econômico deveriam estar no centro das relações internacionais (Mandela, 1993). Já como presidente, ganhou relevância uma agenda de política externa voltada ao fortalecimento de parcerias estratégicas e à admissão ou readmissão em organizações internacionais e outras articulações multilaterais. Em termos de parcerias estratégicas, Pretória manteve laços com os EUA, mas também fortaleceu parcerias com antigos aliados na luta contra o apartheid, como Cuba, Irã e Líbia, países vistos por Washington como *rogue* ou *pariah* (Hamill; Lee, 2001).

Mais especificamente, a África do Sul passou a integrar a *Commonwealth,* a ONU, o MNA, o G77, além de organizações regionais, como a OUA (posteriormente transformada em União Africana) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) (DIRCO, 1996). A valorização do multilateralismo e o fortalecimento de parcerias estratégicas levaram o país a romper com o isolamento visto ao final da Guerra Fria, passando de 30 missões diplomáticas em 1990, para 124 em 1996; e tornando-se membro de 45 organizações internacionais (Barber, 2005). Ao mesmo tempo, a defesa de uma agenda de política externa marcada por temas como multilateralismo, direito internacional, direitos humanos e solução pacífica a conflitos elevou a África do Sul ao status de país com um "forte componente moral" (Wyk, 2002, p. 182).

Era evidente que essas mudanças na política externa sul-africana impactariam a relação entre Pretória e Tel Aviv. Contudo, é possível identificar dois momentos distintos a esse respeito. Em seus primeiros anos, a administração Mandela buscou manter o diálogo com Israel, ao mesmo tempo em que estabeleceu relações diplomáticas com a Palestina. Em 1995, por exemplo, foi criada uma embaixada sul-africana em território palestino e, a partir disso, tiveram início visitas oficiais, como a ida do ministro de Relações Exteriores da África do Sul, Alfred B. Nzo, nesse mesmo ano à Palestina; e a visita de Yasser Arafat à África do Sul em 1998 (DIRCO, 2024).

A aproximação entre África do Sul e Palestina já era esperada, considerando que, durante todo o período de luta contra o apartheid, o ANC e a OLP mantiveram relações cercanas. Reflexo disso pode ser encontrado na declaração feita em 1979 pelo então presidente do ANC, Oliver Tambo: "A OLP na Palestina (...) e o ANC na África do Sul representam não apenas um futuro anticolonial, mas também anti-imperialista" (citado em Benjamim; Gruzd, 2018, p. 182). Algo similar foi afirmado por Mandela em 1990, em reunião na cidade de Lusaka: "Eu since-

ramente acredito que existem muitas semelhanças entre a nossa luta e aquela da OLP. Nós vivemos sob uma mesma forma de colonialismo na África do Sul e em Israel" (citado em The New York Times, 1990, s.p.). Entretanto, a expectativa era que a administração Mandela, por manter laços com a OLP e Israel, poderia contribuir para a resolução do conflito israelo-palestino (Benjamin; Gruzd, 2018).

Paralelamente às transformações vistas na África do Sul, tramitava o processo de paz entre Israel e Palestina, liderado pelo primeiro-ministro israelense, Itzhak Rabin (1992-1995), e o líder da OLP, Yasser Arafat (1969-2004). Diante de tais lideranças e a defesa por parte da administração Bill Clinton (1993-2001) de resolução deste conflito, em 1993 foi assinado o Acordo de Oslo 1, que previa o reconhecimento mútuo entre Israel e OLP, o controle da maior parte da Cisjordânia e de Jericó pelos palestinos e a retirada das tropas israelenses de tais territórios. Já durante a presidência de Mandela, foi assinado o Acordo de Oslo 2 (1995), que indicava a transferência de outras partes da Cisjordânia para os palestinos (Hinnebusch, 2003). Essa possível contribuição de Mandela para a resolução do conflito não chegou a se materializar, uma vez que as condições para a implementação dos Acordos de Oslo ruíram com o assassinato de Rabin, em novembro de 1995, acontecimento marcado por novas eleições em Israel e pela vitória de Benyamin Netanyahu (1996-1999).

O governo de Netanyahu foi caracterizado pelo distanciamento com relação aos acordos de paz e pela continuidade no processo de colonização dos territórios palestinos. Esse redirecionamento estava alinhado às críticas constantes de Netanyahu a Rabin, chegando a acusar este último de causar "humilhação nacional" ao aceitar as determinações do "terrorista Arafat" (Shlaim, 2009, p. 279). Mesmo sendo pressionado pelo governo Clinton a encontrar saídas negociadas para o conflito com os palestinos[2], o então primeiro-ministro de Israel buscou adaptar o processo de paz com a OLP segundo seus próprios termos: exigir "reciprocidade" dos palestinos para que o processo de paz pudesse prosseguir, enquanto restringia direitos aos palestinos e aumentava o número de assentamentos judaicos em territórios palestinos (Shlaim, 2009).

As escolhas da administração Netanyahu acabaram por afetar as relações de Israel com a África do Sul. Isso porque, além de aprofundar a interação com a Palestina, a administração Mandela passou a ampliar as críticas a Tel Aviv. Reflexo disso pode ser encontrado em seu discurso proferido em 1997, por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, quando Mandela não apenas reforçou as críticas a Israel, como também atribuiu à causa

2 Por exemplo, Netanyahu chegou a aceitar os termos do Acordo de Hebron, que especificava as brigações de Israel nos planos de Oslo em relação à região de Hebron (retirar 13% das tropas israelenses locadas na Cisjordânia; e manter as resoluções de Oslo).

palestina a mesma importância que a conquista da liberdade teve para a África do Sul com o término do regime de apartheid. Em suas palavras, "nós sabemos muito bem que a nossa liberdade está incompleta sem a liberdade dos palestinos" (Mandela, 1997, s.p.).

O apoio à Palestina e a crítica a Israel, valorizando o equilíbrio entre as partes conflitantes, também figuraram na política externa do sucessor de Mandela, Thabo Mbeki (1999-2008), cuja agenda foi marcada pela continuidade (como a defesa dos direitos humanos, da democracia e a resolução pacífica de conflitos), mas também pela afirmação da defesa do multilateralismo e da universalidade como seus principais instrumentos de inserção internacional e regional. Dito de outra forma, enquanto a valorização do multilateralismo demonstrava a continuidade no objetivo sul-africano em romper com qualquer forma de interação que lembrasse o modo unilateral adotado durante o regime de apartheid (Nathan, 2005), a adoção da universalidade na política externa garantiu ao país a ampliação de suas parcerias estratégicas.

No âmbito regional, tais instrumentos serviram para revelar o caráter não impositivo dos pontos adotados e defendidos pela África do Sul no pós-apartheid, e garantiram o fortalecimento de laços com países que, seja pela importância histórica, seja pela relevância política, eram bem aceitos pela maioria dos países africanos, como Argélia, Nigéria e Zimbábue (Landsberg, 2007). A inserção regional alcançada por tais meios e respaldada pela construção de parcerias estratégicas no continente garantiu a difusão de uma nova doutrina política e econômica, comumente conhecida como "Renascimento Africano". Nome dado ao ciclo de transformações atravessadas pelo continente africano desde finais da década de 1990, como o aumento das eleições democráticas, o declínio ou fim de regimes autoritários, o crescimento econômico e a diminuição no número de guerras, o Renascimento Africano também representa a busca pelo protagonismo da África do Sul em criar ou participar de iniciativas no continente (Otavio, 2014).

Nos primeiros anos de seu governo, exemplos que refletem esse interesse pelo continente podem ser encontrados na criação, em 2001, da Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD, sigla em inglês); e na transformação da OUA em União Africana (UA), que, desde o seu início, em 1999, até sua efetivação, em 2002, promoveu a aproximação entre África do Sul e Nigéria. Já a finais da administração Mbeki, outro reflexo da inserção regional diz respeito à Agenda Africana, cujo resultado foi a intensificação da presença sul-africana em processos de pacificação criados pela UA, mas também mantendo ou forjando parcerias estratégicas com diversos países africanos, inclusive se transformando em um dos principais parceiros comerciais de Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Suazilândia, Namíbia, Zimbábue, entre outros (Mbekeani, 2013; Otavio, 2014).

Paralelamente ao cenário regional, o emprego da universalidade na política externa e a defesa do multilateralismo também levaram a África do Sul a ser mais atuante no sistema internacional, que passava a ser caracterizado pela ascensão das potências emergentes. De

fato, embora tenha mantido fortes laços econômicos com EUA e União Europeia, foi ao longo da administração Mbeki que as relações Sul-Sul ganharam mais espaço. No âmbito bilateral, a principal evidência disso pode ser encontrada no fortalecimento de relações com parcerias consideradas estratégicas, destacadamente Brasil, China e Índia, países que buscaram fortalecer laços políticos e econômicos com a África do Sul. Já no âmbito multilateral, Mbeki buscou fortalecer sua atuação em agrupamentos que o país já integrava desde a administração anterior, como o G77 e o MNA, e passou a participar de novas iniciativas, como o Fórum IBAS (Landsberg, 2005).

Em certa medida, a aproximação de potências tradicionais, bem como de *players* importantes do continente africano, poderia impactar a relação entre África do Sul e Israel, visto que a questão envolvendo a Palestina, como já vimos, era defendida como uma agenda terceiro-mundista e, no pós-Guerra Fria, passava a ser representada por países e organizações-símbolo do Sul Global. Aqui, vale destacar o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) realizado em visita oficial na Síria, em 2003, que não apenas defendia "firmemente a criação de um Estado palestino", como também considerava que a "continuada ocupação de territórios palestinos, a manutenção e expansão de assentamentos são inaceitáveis" (da Silva, 2003, p. 3). No que toca às organizações, na "Declaração da Cúpula do Sul" realizada em Havana em 2000, os países do G-77 defenderam enfaticamente o encerramento das ocupações israelenses nos territórios palestinos e do estabelecimento do Estado da Palestina, com Jerusalém como capital (Group of 77 South Summit, 2000).

As contestações exemplificadas pelo Brasil e pelo G77 contextualizam com a dificuldade da administração Ehud Barak (1999-2001) em reconstruir o processo de pacificação israelo-palestino visto com os Acordos de Oslo, e romper com quaisquer tentativas de aproximação entre Israel e OLP durante o governo de Ariel Sharon (2001-2006). No que se refere a Barak, embora seu governo tenha sido marcado pelos Acordos de Camp David (2000), o cumprimento dos termos ali estabelecidos se viu obstruído pela recusa de Tel Aviv em aceitar o direito dos palestinos de regressarem a suas terras (Hinnebusch, 2003).

Já a recusa de Sharon em se encontrar com Arafat foi acompanhada pelo incentivo nos processos de colonização dos territórios palestinos e pelo desinteresse da administração de George W. Bush (2001-2008) em reconstruir possíveis caminhos para a paz (Hinnebusch, 2003). Além de Sharon ser lembrado por frases como "se [os palestinos] não sentirem que foram derrotados, não poderemos regressar às negociações" e "não há um único palestino que tenha capacidade e coragem para negociar. É por isso que Israel é forçado a aplicar seus próprios critérios e implementar seu plano unilateral" (citado em Álvarez-Ossorio, 2006, p. 58), vale lembrar que foi em sua administração que se idealizou a criação do muro que separa Israel da Cisjordânia (Muro de Israel). Mesmo após a condenação pela Assembleia Geral da ONU em 2004, aprovada por todos os países com exceção de EUA, Ilhas Marshall, Israel e Micronésia

CC BY NC SA

sia, além da determinação da CIJ para que a construção do muro fosse interrompida, Sharon manteve os planos e concretizou a separação física dos dois povos (The UN General Assembly, 2005; Álvarez-Ossorio, 2006).

Neste contexto, destaca-se a continuidade adotada pela recém-criada UA com relação à contestação ao tratamento dado por Israel à Palestina defendida por sua antecessora OUA. Mais especificamente, a "Resolução sobre a Situação na Palestina e nos Territórios Ocupados" (2000), adotada em Benin pela Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, condenava a repressão do exército israelense contra palestinos, que resultava na morte de civis em territórios ocupados (The African Commission on Human and Peoples' Rights, 2000). Por outro lado, em Reunião Ordinária realizada no Sudão, em 2006, a UA reiterou seu apoio e sua solidariedade ao povo da Palestina e à defesa pelo retorno das negociações de paz com Israel, caminhando lado a lado com a condenação à presença e violência israelense em territórios palestinos (African Union, 2006).

Ainda na reunião ocorrida no Sudão, um termo utilizado repetidas vezes foi a ideia de "apartheid", associado à iniciativa de Sharon de construir muros em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, prejudicando o estabelecimento do Estado da Palestina e restringindo o movimento de palestinos em tais partes (African Union, 2006). Vale ressaltar que o destaque ao termo "apartheid" não foi dado exclusivamente pela UA: o ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, no livro *Palestine: Peace Not Apartheid* (2006), por exemplo, já havia indicado que, embora diferente da segregação racial da África do Sul, a prática defendida por Israel era a segregação espacial, manifestada pela aquisição e pelo controle de territórios palestinos e pelo subsídio a colonos judeus para assentarem em partes da Cisjordânia. Em 2021 e 2022, respectivamente, a Human Rights Watch e a Anistia Internacional também se referiram ao tratamento dado por Israel à Palestina como "apartheid" (Human Rights Watch, 2021; Amnesty International, 2022).

Nesse sentido, a administração Mbeki assemelhou-se muito às escolhas realizadas por Mandela nesse tema, principalmente no que toca à sincronia quanto à crítica a Israel e à defesa do equilíbrio entre Tel Aviv e a OLP. Por exemplo, em seu discurso de 2004, Mbeki instava outros países africanos a também priorizar a causa palestina: "nenhum de nós pode se considerar completamente livre enquanto formos testemunha da situação vivida pelos palestinos" (Mbeki, 2004, s.p.). Nesse mesmo ano, sua administração apresentou ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) declaração de repúdio às violações de direitos humanos praticadas por Israel (Sooliman, 2014).

Em momentos anteriores e posteriores a tal denúncia, o que se viu foi a defesa do diálogo entre palestinos e israelenses. Em 2002, Mbeki destacou que Pretória defenderia o diálogo como forma de garantir a paz duradoura entre as partes (Mbeki, 2002). Nessa linha, o governo sul-africano organizou, nesse mesmo ano, o "Retiro Presidencial para a Paz", iniciativa que acolhia delegações palestinas e israelenses na Cidade do Cabo sob os bons ofícios da admi-

nistração Mbeki (The UN General Assembly, 2003). De modo semelhante, em discursos proferidos na Cidade do Cabo em 2005 e 2006, o presidente sul-africano defendia a importância da criação de dois Estados (Israel e Palestina). Inclusive, em 2005, Mbeki congratulou Sharon e o então presidente da OLP, Mahmoud Abbas, pela aproximação, vista como um possível retorno para a paz, e saudou a administração Bush naquele contexto por oferecer a possibilidade de implementar um caminho que culminasse na manutenção do Estado de Israel e na criação do Estado da Palestina (Mbeki, 2005).

A busca pelo equilíbrio foi rompida com a administração de Jacob Zuma (2009-2018), cuja política externa deu continuidade a pontos adotados anteriormente, como a valorização da democracia, do desenvolvimento econômico e do protagonismo do multilateralismo e da universalidade na política externa. Uma das principais expressões da ampliação das relações internacionais da África do Sul diz respeito ao estreitamento dos laços com as potências emergentes, refletido no convite, em 2011, para integrar o Grupo dos BRICs, composto à época por Brasil, Rússia, Índia e China. Apesar da distância econômica com os demais membros do grupo, o convite para sua entrada refletia a principal característica da África do Sul: uma potência regional, caracterizada por uma sofisticada rede de infraestrutura e pelo dinamismo comercial, tecnológico e financeiro (Kornegay, 2010).

No cenário regional, as relações econômicas resultantes da Agenda Africana não apenas foram mantidas, como também intensificadas ao longo da administração Zuma. Um primeiro exemplo pode ser encontrado na formulação dos chamados Fóruns de Negócios com países como Angola, Namíbia, Nigéria, Senegal, Tanzânia e Zâmbia. No caso angolano, a administração Zuma buscou atuar no fortalecimento da Câmara de Comércio África do Sul-Angola, bem como na garantia de que empresas sul-africanas atuassem cada vez mais neste país (Zuma, 2009). Uma segunda ilustração desta diplomacia econômica pode ser encontrada no destaque dado à NEPAD e no Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas na África (PIDA, sigla em inglês), criado em 2010.

Embora a continuidade da estratégia focada no multilateralismo e na universalidade da política externa tenha garantido à África do Sul uma maior aproximação junto às potências emergentes e o fortalecimento de sua presença no continente africano, a relação entre as administrações Zuma e Netanyahu (2009-2021) foi marcada por tensões. Uma primeira evidência disso pode ser encontrada no discurso sobre o estado da nação de 2009, quando o recém-empossado presidente sul-africano reafirmava sua defesa pela criação de dois Estados na região, Israel e Palestina. Por sua vez, nessa mesma época, a ministra das Relações Exteriores, Nkoana-Mashabane (2009), defendeu, em Nova Deli, as investigações de violações de direitos humanos no conflito israelo-palestino, ao mesmo tempo em que afirmava o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação, à independência e ao fim das ocupações israelenses em seus territórios. Em 2010, além de reafirmar a defesa pela criação de dois Estados, o gover-

CC BY NC SA

no sul-africano solicitou ao embaixador de Israel explicações acerca dos ataques israelenses em Gaza (Sooliman, 2014).

De fato, o aumento da violência no conflito israelo-palestino passou a influenciar cada vez mais as posições diplomáticas da África do Sul. Em janeiro de 2012, por exemplo, paralelamente à afirmativa de que a Palestina cumpria todos os critérios para ser aceita como Estado nas Nações Unidas, o vice-ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Ebrahim Ebrahim, em debate no Conselho de Segurança sobre o Oriente Médio e a questão palestina, acusou Israel de negligência no combate à violência cometida por colonos israelenses contra palestinos nos territórios invadidos. O contínuo desdém israelense acerca da violência contra palestinos, a construção de assentamentos nos territórios invadidos e o aumento do deslocamento de palestinos foram fatores que levaram a administração Zuma, em outubro desse mesmo ano, a restringir a entrada de produtos israelenses desenvolvidos nos territórios ocupados na Cisjordânia; e, em 2017, a desencorajar os sul-africanos a viajarem para Israel. De modo similar, o ANC, em sua 54ª Conferência Nacional, defendeu o rebaixamento da Embaixada sul-africana em Israel ao *status* de escritório de ligação (Sooliman, 2014; Africanews, 2017; Al Jazeera, 2017).

A tendência de maior contestação a Israel iniciada com a administração Zuma ganhou força com o governo atual, Cyril Ramaphosa (2018-presente), cuja manutenção da universalidade na política externa e defesa do multilateralismo convergiram com a contínua adoção da diplomacia econômica, vista como fundamental para resolver os desafios econômicos do país (Otavio, 2021). Em outros termos, se no âmbito bilateral o que se viu foi o fortalecimento de parcerias com potências tradicionais e emergentes, na dimensão multilateral, a diplomacia econômica se traduziu em um maior interesse pela Associação da Orla do Oceano Índico (IOR-ARC, sigla em inglês), criada na década de 1990. Além da IOR-ARC, vale destacar os BRICS, mais especificamente, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que, em 2019, havia repassado US$ 790 milhões para projetos sul-africanos, em especial àqueles associados à empresa de energia Eskom, que, além de ter recebido mais da metade deste montante, obteve acesso a mais US$ 180 milhões para a implementação de projetos de energia renovável (Pandor, 2019).

Cabe também ressaltar a contínua centralidade da África na política externa sul-africana, conforme destacado pela ministra de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO, sigla em inglês), Naledi Pandor: "nossa política externa (...) é e sempre foi baseada na defesa de um continente africano próspero, pacífico e democrático" (Pandor, 2019, s.p.). Essa centralidade da África pode ser igualmente identificada na defesa de uma das principais iniciativas da UA, a "Agenda 2063: a África que queremos", criada em 2015 com o objetivo de apresentar anseios pela superação de desafios enfrentados pelo continente em matéria de economia, política e segurança (African Union, 2015). Junto à "Agenda 2063", ressalta-se o apoio à Área de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA, sigla em inglês), cuja participação da África do Sul, segundo Pandor (2019, s.p.), "é uma clara demonstração da vontade política entre líderes

africanos de integrar a economia do nosso continente, criando novas oportunidades para o aumento no volume comercial".

Para além da relevância desempenhada pela diplomacia econômica e pelas estratégias de inserção regional, a África do Sul buscou preservar o *status* de país com forte dimensão moral, característico da política externa adotada por Mandela. Em outras palavras, foi mantido o interesse pelo fortalecimento de parcerias estratégicas e pela valorização de espaços multilaterais e continentais, equilibrando-o com a defesa de pontos como a democracia, os direitos humanos e a resolução de conflitos. Nesse sentido, além do ativismo na resolução de conflitos como aqueles no Iêmen, Líbia, Síria e Somália, e na manifestação de solidariedade ao povo cubano contra o embargo econômico imposto pelos EUA (Otavio, 2021), o posicionamento sul-africano sobre a causa israelo-palestina tem sido cada vez mais explícito. Com efeito, a administração Ramaphosa não apenas manteve o rebaixamento no *status* da Embaixada israelense, como também defendeu a retirada do *status* de país observador na UA, condição desfrutada por Israel desde 2001. O episódio mais recente disso ocorreu em fevereiro de 2023, com a retirada dos representantes israelenses da 36ª Reunião Ordinária da UA (Africanews, 2023).

Essa tendência em buscar punições a Israel e seu isolamento ganhou maior destaque após os ataques do Hamas, em 7 de outubro de 2023. Embora tal atentado tenha levado à morte de aproximadamente 1.200 cidadãos israelenses, a resposta de Tel Aviv tem sido marcada pela desproporcionalidade, com destaque para as mais de 32 mil mortes, em sua maioria crianças e mulheres; o deslocamento interno de cerca de 85% da população palestina; o aumento da fome, condição em que se encontra quase 50% da população palestina; e a destruição da infraestrutura na Faixa de Gaza (BBC News Brasil, 2024). Neste caso, um dia após os ataques do Hamas a Israel, o ANC emitiu um documento intitulado "Apartheid South Africa's History is Palestine's Reality" (a história de apartheid da África do Sul é a realidade palestina, em tradução livre), no qual indicava que os conflitos na região estavam diretamente atrelados à invasão de terras palestinas por parte de Israel (African National Congress, 2023).

A crítica à administração Netanyahu não foi vocalizada apenas pela África do Sul no continente. Se, imediatamente após o ataque do Hamas, alguns países africanos manifestaram apoio a Israel (Camarões, Gana, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda e Zâmbia) (Arends, 2023), o que poderia simbolizar certo êxito da diplomacia israelense em intensificar sua presença no continente africano, com missões diplomáticas em mais de 40 países (Back, 2022), à medida que o conflito se aprofundou, a contestação a Israel aumentou. Exemplo disso ocorreu em 12 de dezembro de 2023, na Sessão de Emergência da Assembleia Geral, cujo resultado foi uma resolução pelo imediato cessar-fogo no conflito entre Israel e Hamas, tendo 153 partes favoráveis ao documento, sendo 40 destas países africanos (UN News, 2023).

No que toca à África do Sul, o ativismo por sanções a Tel Aviv se mostrou cada vez mais contundente. Também em finais de 2023, a África do Sul entrou com pedido junto à CIJ, ale-

gando crime de genocídio por parte de Israel, exemplificado com danos corporais e mentais graves, assassinato, criação de condições voltadas à destruição física total ou parcial, imposição de medidas que prejudicam a perpetuação de palestinos via nascimentos, entre outros pontos (International Court of Justice, 2023). Em defesa realizada em 11 de janeiro de 2024, a comitiva sul-africana em Haia destacou não apenas a necessidade imediata de Israel suspender sua operação militar em Gaza, mas também de cumprir com suas obrigações acerca da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948, uma vez que, conforme destacado na petição sul-africana, Israel era considerado responsável por crimes de genocídio contra palestinos (International Court of Justice, 2024a). Ao final de janeiro, entretanto, a CIJ apenas deliberou que Israel tomasse medidas para evitar crimes que se aproximassem de práticas de genocídio (International Court of Justice, 2024b).

Embora a delegação sul-africana não tenha alcançado o objetivo inicial, houve algumas implicações importantes de sua denúncia. A primeira diz respeito à divisão no que concerne ao apoio dado a Tel Aviv: enquanto Israel tem sido apoiado por potências como EUA, Reino Unido e União Europeia, os principais apoiadores da denúncia apresentada pela África do Sul pertencem ao Sul Global (estendendo-se desde organizações como a Liga Árabe e a Organização dos Países Islâmicos, até países como Brasil, Colômbia, Namíbia, Paquistão e Turquia). Já a segunda consequência diz respeito à própria relação entre Israel e África do Sul, marcada pela aliança durante a Guerra Fria, mas pela crítica desde as administrações Mandela e Mbeki, com sucessivas buscas pelo diálogo entre israelenses e palestinos. Os dois países, entretanto, adentram a década atual com uma forte tendência ao distanciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em discurso televisionado em 26 de janeiro de 2024, referindo-se ao conflito entre Israel e Palestina, Ramaphosa declarou que "Nós também somos um povo que foi vítima do crime de apartheid. Nós sabemos o que é o apartheid" (Ramaphosa, 2024, s.p.). Ao mostrar empatia à causa palestina, o presidente sul-africano indicava não apenas o repúdio de sua administração com relação à intervenção de Israel na Faixa de Gaza, mas fundamentalmente que Pretória não mais consideraria Israel como parceiro estratégico, bem como se manteria engajada na criação do Estado da Palestina. Grosso modo, os caminhos escolhidos por Ramaphosa reafirmam a ruptura com a política externa adotada pelo país durante a Guerra Fria, bem como revelam que a atual inserção internacional do país, ainda que pautada na universalidade na construção de parcerias internacionais, se alinharia a temas e agendas amplamente defendidos pelo Sul Global, dentre os quais a questão palestina se destaca.

Conforme apresentado neste artigo, a reafirmação de Ramaphosa acerca da política externa sul-africana é impactante, visto que, durante a disputa Leste-Oeste, a Palestina era secundária em comparação a Israel. Vale lembrar que tanto Tel Aviv quanto Pretória atuaram em prol do bloco capitalista, escolha que garantiu ao país médio-oriental apoio em suas vitórias nos conflitos árabe-israelense e no respaldo à ocupação e colonização de territórios palestinos. Já para o país africano, a cooperação militar com EUA, França e Inglaterra, seja motivada pelo caráter estratégico de seu território (bioceânico), seja pela sua defesa em lutar contra o avanço do socialismo na região austral do continente africano, garantiram a transformação da África do Sul em potência militar e a construção de um cenário externo favorável à continuidade do regime racista.

Diante deste cenário de convergências, Israel e África do Sul passaram a fortalecer laços, simbolizados por visitas oficiais e acordos de cooperação militar e comercial, com destaque para a cooperação para o desenvolvimento de armas de pequeno calibre e o reaparelhamento dos tanques *Centurian*, de fabricação inglesa. No âmbito comercial, de 1974 a 1993, período que abarcava três resoluções do Conselho de Segurança que reprimiam comercialmente Pretória pelo regime de apartheid, as exportações de armamentos israelenses para a África do Sul alcançaram a média de US$ 600 milhões anuais, colocando Pretória entre os três principais parceiros comerciais de Tel Aviv (Polakow-Suransky, 2010).

Diferentemente do período de vigência do regime de apartheid, as administrações de Mandela e Mbeki passaram a criticar Israel de forma constante, principalmente a partir dos governos Zuma e Ramaphosa, contribuindo para afrouxar cada vez mais as relações diplomáticas entre África do Sul e Israel. Zuma, como vimos, restringiu a entrada de produtos israelenses desenvolvidos nos territórios ocupados na Cisjordânia e desencorajou que sul-africanos viajassem a Israel. Ramaphosa, por sua vez, representa o maior exemplo de distanciamento atrelado ao conflito Israel-Hamas, quando a África do Sul entrou com pedido junto à CIJ, alegando crime de genocídio por parte de Israel.

Em suma, se durante a Guerra Fria a similaridade de seus objetivos levou ambos países a fortalecerem parcerias, a partir da década de 1990, a manutenção da política externa israelense, destacadamente com relação à Palestina, implicou divergências com as escolhas adotadas pela África do Sul. Esse quadro não apenas resultou em um crescente distanciamento entre as partes, mas também a rupturas. Inclusive, no mesmo discurso realizado em 26 de janeiro de 2024, Ramaphosa reafirma o compromisso do país em defender a criação do Estado da Palestina e avança a África do Sul, por todo impacto causado pelo regime de apartheid, como um importante ator em defesa dos palestinos. Em suas palavras, "Nós, sul-africanos, não seremos espectadores passivos dos crimes que foram cometidos contra nós sendo perpetrados em outro lugar. Nós nos posicionamos em defesa de liberdades para todos" (Ramaphosa, 2024, s.p.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICANEWS. S. Africa's ruling party 'discourages' travel to Israel, backs Palestine & Western Sahara. 2017. Disponível em: https://shre.ink/g0pG. Acesso em 25 mai. 2025.

AFRICANEWS. AU justifies the expulsion of Israeli delegation from its summit. 2023. Disponível em: https://shre.ink/8SDV. Acesso em 25 mai. 2025.

AFRICAN NATIONAL CONGRESS. *Apartheid South Africa's History is Palestine's Reality*. Johannesburg: African National Congress, Department of Communications, Information and Publicity, 08 out. 2023. Disponível em: https://shre.ink/g0f5. Acesso em 25 mai. 2025.

AFRICAN UNION. *Decisions of the Executive Council* - Eighth Ordinary Session. EX.CL/Dec.236 - 277 (VIII). Khartoum: African Union, 16-21 jan. 2006. Disponível em: https://shre.ink/g0pQ. Acesso em 25 mai. 2025.

AFRICAN UNION. *Agenda 2063:* the Africa we want. Draft Document. Addis Ababa: African Union, 2015.

AL JAZEERA. ANC resolves to downgrade embassy in Israel. 21 dez. 2017. Disponível em: https://shre.ink/g0p3. Acesso em 25 mai. 2025.

ALSHEH, Yehonatan. Dirty Scapegoats: Explaining Israel's Ties with South Africa during the 1970s and 1980s. *JOERNAAL*, vol. 38, n. 1, jun. 2013.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. Israel y Palestina: ¿viaje a ninguna parte? *Papeles de Cuestiones Internacionales*, n. 93, 2006. Disponível em: https://shre.ink/gPXR. Acesso em 25 mai. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel's Apartheid against Palestinians:* A look into decades of oppression and domination. 01 fev. 2022. Disponível em: https://shre.ink/g0pm. Acesso em 25 mai. 2025.

ARENDS, Marché. *Divided continent:* Where Africa stands on the Israel-Hamas war. *The Africa Report:* Paris, 09 nov. 2023. Disponível em: https://www.theafricareport.com/327583/divided--continent-where-africa-stands-on-the-israel-hamas-war/. Acesso em 25 mai. 2025.

BACK, Irit. *Israel-Africa Relations:* New Challenges and Opportunities. Institut Montaigne: Paris, 06 abr. 2022. Disponível em: https://shre.ink/8SDF. Acesso em 25 mai. 2025.

BARBER, James. The new South Africa's foreign policy: principles and practice. *International Affairs,* vol. 81, n. 5, pp. 1079-1096, 2005.

BBC NEWS BRASIL. Os números da guerra em Gaza que completa 6 meses. 04 abr. 2024. Disponível em: https://shre.ink/g0fL. Acesso em 25 mai. 2025.

BENJAMIN, Larry; GRUZD; Steven. South Africa and Israel Since 1994: The Changing Anatomy of a Complex Relationship. *Israel Journal of Foreign Affairs*, vol. 12, n. 2, pp. 179-195, 2018.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: FUNAG, 2011.

BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. *A Política Externa Sul-Africana:* Do Apartheid a Mandela. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003.

CARTER, Jimmy. *Palestine*: *Peace Not Apartheid*. Nova York: Simon & Schuster, 2006.

CONFERENCE OF BANDUNG. *Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung*. Bandung, 24 abr. 1955. Disponível em: https://shre.ink/g0pM. Acesso em 25 mai. 2025.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente Bashar al-Assad*. Damasco, 03 dez. 2003. Disponível em: https://shre.ink/g0pp. Acesso em 25 mai. 2025.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). *South African Foreign Policy:* Discussion Document. Pretoria, 1996. Disponível em: https://cutt.ly/Var6pOC. Acesso em 25 mai. 2025.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). *Bilateral Relations - Palestine (The State of)*. Pretoria: 2024. Disponível em: https://shre.ink/g0pA. Acesso em 25 mai. 2025.

DU TOIT, Allan. The Anglo-South African Simonstown Agreement. In YOUNG, Kathryn; MITCHELL, Rhett (orgs.). *The Commonwealth Navies:* 100 Years of Cooperation. Londres: 2012, pp. 111-129.

GROUP OF 77 SOUTH SUMMIT. *Declaration of the South Summit*. Havana, abr. 2000. Disponível em: https://shre.ink/g0ps. Acesso em 25 mai. 2025.

HAMILL, James; LEE, Donna. A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era. *International Relations*, vol. 15, n. 4, pp. 33-59, 2001.

HINNEBUSCH, Raymond. *The international politics of the Middle East.* Manchester: Manchester University, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. *A Threshold Crossed* - Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. 27 abr. 2021. Disponível em: https://shre.ink/g0fN. Acesso em 25 mai. 2025.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures*. Haia: 2023. Disponível em: https://shre.ink/g0px. Acesso em 25 mai. 2025.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)*. Haia: 2024a. Disponível em: https://shre.ink/g0fs. Acesso em 25 mai. 2025.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, *President Donoghue presiding, in the case concerning Application of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel*. Haia: 2024b. Disponível em: https://shre.ink/g0fl. Acesso em 25 mai. 2025.

JUDT, Tony. *Postwar:* a history of Europe since 1945. Nova York: Penguin Books, 2006.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências.* Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KORNEGAY, Francis. A África do Sul como potência emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança. In: PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI. Paulo G. Fagundes (Org.). *África do Sul:* História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010, pp. 131-160.

LANDSBERG, Chris. Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. *Social Research*, vol. 72, n. 3, pp. 723-756, 2005.

LANDSBERG, Chris. South Africa and the making of the African Union and NEPAD: Mbeki's 'progressive African agenda'. In: ADEDEJI, Adebayo; ADEBAJO, Adekeye; LANDSBERG, Chris (orgs.). *South Africa in Africa:* The Post-Apartheid Era. Cidade do Cabo: University of KawaZulu-Natal, 2007, pp. 195-212.

LIBERMAN, Peter. The Rise and Fall of the South African bomb. *International Security*, vol. 26. n. 2, pp. 45-86, 2001.

MANDELA, Nelson. South Africa`s Future Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 72, n. 5, pp. 86-97, 1993.

MANDELA, Nelson. *Address by President Nelson Mandela at International Day of Solidarity with Palestinian People*. Pretória, 04 dez. 1997. Disponível em: <https://shre.ink/g0fQ> Acesso em 25 mai. 2025.

MBEKEANI, Kennedy K. Intra-Regional Trade in Southern Africa: Structure, Performance and Challenges. *Regional Integration Policy Papers,* n. 2, jun. 2013.

MBEKI, Thabo. *State of the Nation Address to the Joint Sitting of the Houses of Parliament*. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Cidade do Cabo, 08 fev. 2002. Disponível em: https://shre.ink/g0fY. Acesso em 25 mai. 2025.

MBEKI, Thabo. *Statement by His Excellency, Mr Thabo Mbeki, President of South Africa, at United Nations African Meeting in Support of the Inalienable Rights of the Palestinian People*. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Cidade do Cabo, 29 jun. 2004. Disponível em: https://shre.ink/g0f6. Acesso em 25 mai. 2025.

MBEKI, Thabo. *Address of the President of South Africa, Thabo Mbeki at the Second Joint Sitting of the Third Democratic Parliament*. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Cidade do Cabo, 11 fev. 2005. Disponível em: https://shre.ink/g0fZ. Acesso em 25 mai. 2025.

MORAES, João Quartim de. As conexões do sionismo com o colonialismo, o fascismo e o racismo. *Tensões Mundiais*, vol. 5, n. 9, pp. 167-192, 2009.

NATHAN, Laurie. Consistency and inconsistencies in South African foreign policy. *International Affairs*, vol. 81, n. 2, pp. 361-372, 2005.

NKOANA-MASHABANE, Maite. *Speech By Minister Nkoana-Mashabane At The Heads of Mission Conference For The Asia and Middle East Region, New Delhi, India.* Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Cidade do Cabo, 13 nov. 2009. Disponível em: https://shre.ink/g0fu. Acesso em 25 mai. 2025.

NON-ALIGNED COUNTRIES. *Political Declaration of the Fourth Conference of non-aligned countries.* Argel, 1973. Disponível em: https://shre.ink/g0pg. Acesso em 25 mai. 2025.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. *Resolution of the Question of Palestine*. (AHG/Res. 77 (XII). Kampala, 01 ago. 1975. Disponível em: https://shre.ink/g0pD. Acesso em 25 mai. 2025.

OTAVIO, Anselmo. *A África do Sul pós-apartheid:* A inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

OTAVIO, Anselmo. *A dimensão do Atlântico Sul para Brasil e África do Sul (1414-2015):* uma contribuição para o estudo de um espaço estratégico. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

OTAVIO, Anselmo. De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na política externa dos Estados Unidos, 2001-2020. *Revista Conjuntura Austral,* vol. 12, n. 58, pp. 92-106, 2021.

PABIAN, Frank V. South Africa's Nuclear Weapon Program: Lessons for U.S. Nonproliferation Policy. *The Nonproliferation Review*, Fall, pp. 1-21, 1995.

PANDOR, Nadeli. *Media Statement by the Minister of International Relations and Cooperation, Dr Nadeli Pandor, on the occasion of the Buget Vote Speech*. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Cidade do Cabo, 11 jul. 2019. Disponível em: https://sl1nk.com/pDfyA Acesso em 25 mai. 2025.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos:* continuidade ou mudança? Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *África do Sul e Brasil:* Dois Caminhos para a Transição ao Pós-Guerra Fria – 1984-1994. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A Revolução Sul-Africana:* classe ou raça, revolução ou libertação nacional? São Paulo: UNESP, 2012.

PEREIRA, Analúcia D.; MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol. 4, n. 7, pp. 119-138, 2015.

POLAKOW-SURANSKY, Sasha. *The Unspoken Alliance:* Israel's Secret Relationship with Apartheid South Africa. Nova York: Random House, 2010.

POTGIETER, Thean. The Secret South African Project Team: Building Strike Craft in Israel, 1975-1979. *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies*, vol. 32, n. 2, pp. 119-145, 2004.

RAMAPHOSA, Cyril. *Televised Address by the President of the Republic of South Africa, H. E. Cyril Ramaphosa, on the ruling of the International Court of Justice*. The Presidency of the Republic of South Africa, Pretória: 26 jan. 2024. Disponível em: https://shre.ink/g0pt. Acesso em 25 mai. 2025.

ROBERTS, Geoffrey. *The Soviet Union in World Politics*: coexistence, revolution, and Cold War, 1945-1991. Nova York: Routledge, 1999.

SHALEV, Aryeh. *The Intifada:* Causes and Effects. Nova York: Routledge: 2019.

SHAPIRA, Anita. *Israel:* uma história. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SHLAIM, Avi. *Israel and Palestine:* Reappraisals, Revisions, Refutations. Nova York: Verso, 2009.

SOOLIMAN, Quaraysha Ismail. *South African Foreign Policy and Human Rights*: South Africa's foreign policy on Israel (2008-2014) in relation to the Palestinian question. MPhil Dissertation, Faculty of Law, University of Pretoria, 2014.

STAPLETON. Timothy J. *A Military History of South Africa:* From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid. Santa Barbara: Praeger, 2010.

THE AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS. *Resolution on the Situation in Palestine and the Occupied Territories*. Cotonou: 06 nov. 2000. Disponível em: <https://shre.ink/g0pW> Acesso em 25 mai. 2025.

THE NEW YORK TIMES. *Mandela Refuses to Make Concessions to Pretoria*. 01 mar. 1990. Disponível em: https://shre.ink/g0pl. Acesso em 25 mai. 2025.

THE UN GENERAL ASSEMBLY. *The situation in the Middle East*. Report of the Secretary-General. Nova York: UN General Assembly, 2003.

THE UN GENERAL ASSEMBLY. *Resolution adopted by the General Assembly on 10 December 2004* (A/RES/59/124). Nova York: UN General Assembly, 25 jan. 2005. Disponível em: https://shre.ink/gPXv. Acesso em 25 mai. 2025.

UN NEWS. *UN General Assembly votes by large majority for immediate humanitarian ceasefire during emergency session*. 12 dez. 2023. Disponível em: https://shre.ink/g0fD. Acesso em 25 mai. 2025.

WESSELS, André. The South African National Defence Force, 1994-2009: a historical perspective. *JOERNAAL*, vol. 35, n. 2, pp. 131-152, 2010.

WYK, Jo-Ansie van. The Saga Continues…The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, vol. 1, n. 4, p. 176-231, 2002.

ZUMA, Jacob. *State of the Nation Address by His Excellency JG Zuma, President of the Republic of South Africa, Joint Sitting of Parliament*. Republic of South Africa, Cidade do Cabo, 03 jun. 2009. Disponível em: https://shre.ink/g0fv. Acesso em 25 mai. 2025.